



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), DO SEU REAL PROPÓSITO, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer o envio das notas taquigráficas e das imagens da TV Câmara, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, referente à tomada de depoimento do Sr. José Rainha Júnior – Líder da Frente Nacional de Lutas, ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência com base no Art. 58, §3º, da Constituição Federal, combinado com o Art. 3ª – A da Lei nº 1.579, de 1952, e com os Arts. 36 e 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o envio das Notas Taquigráficas e das imagens da TV Câmara, referentes à 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação do grupo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), realizada em 3 de agosto de 2023, às 8 horas e 35 minutos, no Anexo II, Plenário 01, da Câmara dos Deputados, para investigação por parte do Ministério Público do Estado de São Paulo, dos crimes constatados mediante desvio de verbas públicas e irregularidades no Programa Nacional de Reforma Agrária conforme circunstanciado em depoimento e relatórios do TCU e da CGU, dentre os quais:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 08/08/2023 18:23:49.463 - CPIMS

REQ n.356/2023

- os procedimentos de seleção de famílias para assentamento mediante desproporcionalidade nas pontuações máximas;
- manipulação da lista e da ordem de assentados emanada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP no âmbito do Programa de Nacional de Reforma Agrária – PNRA;
- regularização de ocupações sem observação aos critérios legais;
- desvio de verbas de diversos programas federais, de pessoas físicas para a Frente Nacional de Lutas - FNL;
- desvio de verbas do Programa de Aquisição Alimentos – PAA;
- existência de famílias integrantes das relações de beneficiários de assentamentos que não atendem aos requisitos para participação no PNRA;
- Fraude nos Certificados de Ocupação - CRO;
- outros ilícitos identificados através da investigação do *parquet*.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, em uma reunião realizada na última quinta-feira (07), a Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de investigar as atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), bem como suas reais intenções e financiamento, conduziu um depoimento crucial. O Sr. José Rainha Júnior, líder da Frente Nacional de Lutas - FNL, foi submetido a uma série de questionamentos por parte do relator, o Deputado Ricardo Sales (PL-SP), e demais membros da comissão.

Os questionamentos tinham por intuito esclarecer a estrutura organizacional do grupo, seu modo de operação, o processo de tomada de decisões, a dinâmica das ocupações e a possível participação da FNL, em especial seu líder, Sr. Rainha, em atividades ilegais relacionadas a invasões de terra. Além disso, a audiência visava elucidar o planejamento de expansão do movimento e a complexa questão do financiamento, incluindo a influência de partidos políticos na sustentação de suas ações.



* C D 2 3 8 6 1 3 0 9 3 4 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Às 10 (dez) horas e 31 (trinta e um) minutos da reunião o relator questionou o investigado sobre os ilícitos praticados no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA e de desvio de verba pública de diversos programas federais.

Segundo informações obtidas pelo relator, há constatação de desvio substancial de recursos, bem como a alocação irregular de volumosos montantes financeiros a entidades, associações e cooperativas, expõe uma vulnerabilidade inquietante no âmbito das práticas financeiras dessas organizações. A quantificação dos prejuízos em 2,8 bilhões de reais, conforme identificado pela análise conjunta do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), reflete a magnitude do problema. Tal cenário enfatiza a relevância da atuação da CPI para assegurar a apuração minuciosa dessas irregularidades e suas implicações.

Nesse contexto, torna-se imperativo que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) encaminhe os elementos de autoria e materialidade concernentes aos crimes que possam ter sido cometidos, constatados através das notas taquigráficas, imagens da TV Câmara. As constatações técnicas até agora reveladas suscitam dúvidas sérias quanto à conformidade das atividades e à integridade financeira das entidades investigadas. A fim de coibir a perpetuação de quaisquer condutas ilegais e proporcionar a devida responsabilização, é imprescindível que os resultados dessa investigação sejam transmitidos ao Ministério Público.

Portanto, requer-se que essa CPI, antes da conclusão de seus trabalhos investigativos, encaminhe os elementos de autoria e materialidade relacionados aos potenciais crimes identificados no curso da análise técnica, com vistas a efetivar a devida análise jurídica e possibilitar as medidas cabíveis por parte do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Sala da Comissão, em 8 de agosto de 2023.

Deputado Federal Marcos Pollon





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 08/08/2023 18:23:49.463 - CPIMS

REQ n.356/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238613093400>

